

SUMÁRIO

RESUMO	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. ESCORÇO HISTÓRICO DO MANDADO DE SEGURANÇA	15
2.1. Institutos Semelhantes no Direito Comparado	15
2.2. Mandado de Segurança na Legislação Brasileira	25
3. ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO MANDADO DE SEGURANÇA	33
3.1. Conceito e Finalidade do <i>Writ</i>	33
3.2. Natureza Jurídico-Processual	36
3.2.1. Conceito de ação	37
3.2.1.1. Situação do mandado de segurança	39
3.2.1.2. Situação do mandado de segurança em face de ato jurisdicional	42
3.2.2. Classificação das ações	44
3.2.3. Enquadramento do mandado de segurança: quanto ao provimento jurisdicional pleiteado	45



3.3. Legitimidade.....	49
3.3.1. Legitimidade ativa.....	50
3.3.2. Legitimidade passiva.....	52
3.4 Prazo para Impetração e sua Natureza	58
3.5 Competência	63
4. REQUISITOS ESSENCIAIS PARA O CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	67
4.1. Direito Líquido e Certo	70
4.2. Ilegalidade do Ato ou Abuso de Poder	74
4.3. Ato de Autoridade	76
4.4 Não Cabimento de Outra Medida Constitucional	80
4.5. Recurso Inidôneo.....	82
5. DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURIS-DICIONAL PENAL	85
5.1. <i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança	86
5.2. Natureza Jurídico-Processual do Mandado de Segurança na Esfera Criminal	90
5.3. Legitimação no Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional Penal	95
5.3.1. Ativa	96
5.3.1.1. Impetração pelo Ministério Público	96
5.3.1.2. Impetração pelo ofendido	101
5.3.1.3. Impetração por terceiros	102
5.3.1.4. Impetração pelo acusado	104
5.3.2. Passiva	107
5.4. Da Competência em Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional Penal	109
6. CONCLUSÃO	113
7. REFERÊNCIAS	119